

Do manicômio para a cidade

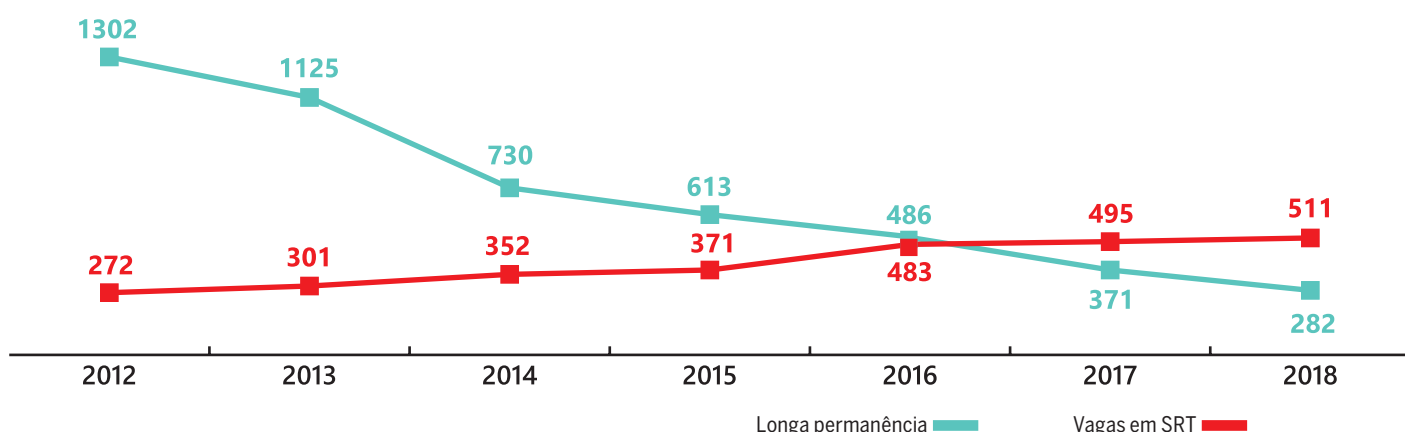


Lindalva (centro), 88, após anos internada, mudou-se para um Serviço Residencial Terapêutico na Taquara.

O Movimento da Reforma Psiquiátrica teve início no Brasil no final da década de 70, em um contexto político de regime militar e de lutas dos movimentos democráticos mais amplos vividos no país. Era uma época na qual os hospitais psiquiátricos, em sua superlotação, declaravam sua ineficiência no pretensão tratamento ao qual se propunham. Eficazes no isolamento do convívio social, tornavam-se depósitos humanos à medida que internavam milhares de pessoas com transtornos mentais. Por volta dos anos de 1970 e 1980, a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece a magnitude do problema de saúde pública que é a saúde mental e recomenda que os serviços de base comunitária sejam o modelo de tratamento em saúde mental.

Com a reformulação do modelo de tratamento e a reorganização dos equipamentos, os centros de atenção psicossociais (CAPSs) passam a compor a rede de serviços do Sistema Único de Saúde. Nos anos 90, os CAPS, enquanto serviços substitutivos ao modelo hospitalocêntrico e estratégicos na organização do cuidado em rede, aceleram o processo de desinstitucionalização.

Redução de pacientes de longa permanência em leitos psiquiátricos e aumento de vagas em SRT



▷ Nessa nova perspectiva, a promulgação da Lei nº 10.216 de 06/04/2001 reafirma a transformação da política pública em saúde mental de base comunitária e, não mais, calcada na tutela. O Município do Rio de Janeiro, nos últimos quinze anos, vem investindo intensamente na redução de seus leitos psiquiátricos de longa permanência (acima de um ano de internação). O número expressivo de reduções de leitos psiquiátricos aponta o protagonismo dos dispositivos comunitários em uma política pública significativa. A progressiva redução dos leitos é apontada nos inegáveis números que, mais que números, representam melhores e mais humanas condições no tratamento. ▷

Em 2016 o município completou o descredenciamento de 2.700 leitos em hospitais privados conveniados ao SUS, hoje não mais existentes na rede de atenção psicossocial do município.

Hoje temos mais pessoas desinstitucionalizadas em serviços residenciais terapêuticos (SRT) do que institucionalizadas em hospitais psiquiátricos

Em 2012 tínhamos 1.302 pacientes de longa permanência psiquiátrica ativos; em 2015 tivemos uma expressiva redução desse número para 613 pacientes e

atualmente temos 282 pessoas em longa permanência, as quais são nosso foco para completar o processo de desinstitucionalização, nos próximos anos.

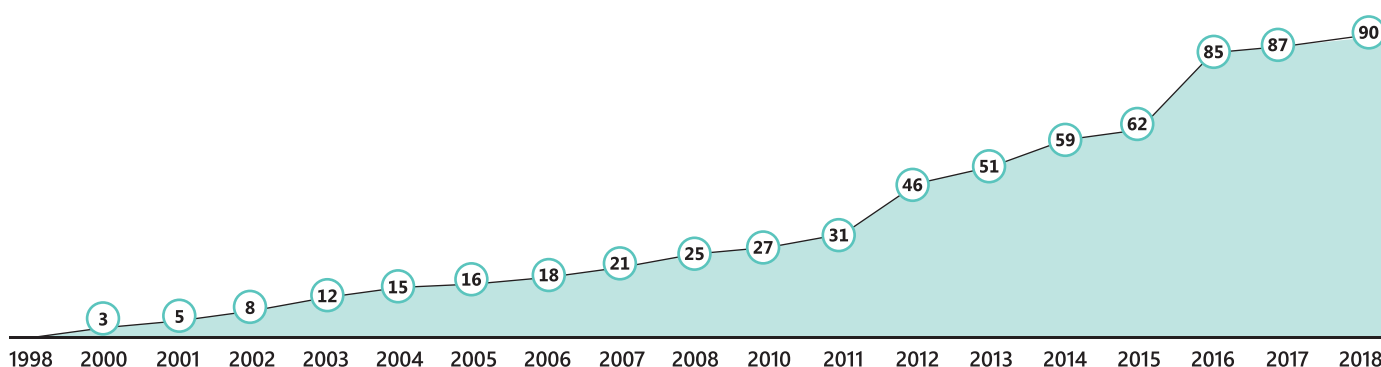
Para termos uma visão mais transparente desse trabalho, hoje temos mais pessoas desinstitucionalizadas em serviços residenciais terapêuticos (SRT) do que institucionalizadas em hospitais psiquiátricos. Temos 459 pacientes já sendo acompanhados em serviços residenciais terapêuticos na cidade.

Os SRTs estão vinculados aos CAPSs e recebem apoio técnico deles. Hoje, o município do Rio de Janeiro conta com 90 SRTs distribuídos pelos bairros da cidade, onde a grande maioria é tipo II (alta complexidade).

Este ano de 2018, para a saúde mental, fez sentir o quão duro podem ser os muros que tentamos derubar sem a necessária ampliação dos CAPS III e a conversão dos leitos psiquiátricos para os hospitais gerais. Apesar dos desafios impostos, fechamos o ano afirmando nossa aposta numa sociedade sem manicômios pelas 87 pessoas que saíram de décadas de internação em hospitais psiquiátricos, muitas das quais confundem suas idades com a dos manicômios. Dessas pessoas, 53 retornaram para suas famílias e 34 foram para residências terapêuticas.

Ainda nessa direção, até o final desse ano renovaremos nosso compromisso com a previsão de mais 48 pessoas que estão em processo de desinstitucionalização terem alta da longa internação.

Evolução do número de SRT no município do Rio de Janeiro





PORTARIA Nº 3.659, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2018

Suspende o repasse do recurso financeiro destinado ao incentivo de custeio mensal de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), Unidades de Acolhimento (UA) e de Leitos de Saúde Mental em Hospital Geral, integrantes da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), por ausência de registros de procedimentos nos sistemas de informação do SUS.

SMS adota medida para retomar recursos

Em 16 de novembro, o Ministério da Saúde publicou no DOU a Portaria 3.659, que suspende os repasses de verba para alguns programas e serviços relacionados à saúde mental. No município do Rio houve suspensão de verba para alguns serviços residenciais terapêuticos (SRTs). A suspensão temporária do repasse ocorreu em função de problemas nos registros nos sistemas de informação no SUS (produção ambulatorial - SIA) e não na prestação dos serviços, que estão sendo executados. A decisão do Ministério da Saúde de suspender recursos para os SRT e a diminuição do incenti-

vo para execução de serviços comunitários em saúde mental em todo o país, juntamente com o aumento de repasses para as internações psiquiátricas, inclusive de longa permanência, promoverá no país um estímulo à internação psiquiátrica em detrimento do tratamento em serviços substitutivos, contrariando o marco legal da Lei 10.216/01 (Lei da Reforma Psiquiátrica). Ressaltamos ainda que há serviços no município do Rio de Janeiro aguardando habilitação e repasse por parte do Ministério da Saúde, desde janeiro de 2018, o que não ocorreu até a presente data. A Secretaria de Saúde ofi-

ciou o Ministério da Saúde, solicitando a cessação dos efeitos da portaria, tendo em vistas as medidas corretivas já executadas. Além disso, a Defensoria Pública da União, por meio do defensor Daniel Macedo, manifestou-se sobre a medida adotada pelo Ministério da Saúde.

A Superintendência de Saúde Mental já tomou todas as medidas administrativas necessárias à prestação de contas e restabelecimento do recurso.

Vida nos SRT



Agda (esquerda), Regina e Josias, moradores de SRT em Jacarepaguá no cotidiano de sua moradia, no café da manhã.



José Augusto (ao volante) e Marco em passeio pela cidade. Ambos são moradores de SRT em Realengo.

BIKES DA PREVENÇÃO

forma primeira turma de agentes



Da esquerda para direita: Fabiane, Hannah, Eduardo (abaixo), Renata, Andréa, Pedro (abaixo) Maria José e Anderson (abaixo). Foto: Mariana Ramos.

Dentre os ganhos neste processo, destaca-se também o caráter de formação do projeto, despertando o interesse nos agentes pelo autocuidado, assim como pelo lugar de “cuidador” da área da saúde.

O projeto “Bikes da Prevenção – Nos Entremeios da Inclusão, Equidade e Cuidado”, desenvolvido em 2016 a partir da articulação entre Gerência da Área Técnica da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, Gerência da Área Técnica das Hepatites Virais (da Superintendência de Atenção Primária), Assessoria de Álcool e Drogas da Superintendência de Saúde Mental e Superintendência de Promoção da Saúde, comemora dois anos em 2018. Formado por usuários oriundos dos serviços de saúde mental e da atenção primária, o projeto se utiliza da metodologia da educação entre pares com o objetivo de identificar pessoas em situação de vulnerabilidade e garantir acesso à saúde e cuidado a partir da construção de vínculo com essas pessoas, além de acesso facilitado a insumos e informações para prevenção a infecções sexualmente transmissíveis dentro da lógica da redução de danos.

Dentre as ações realizadas pelos agentes se destaca a distribuição de insumos, facilitação do acesso

a serviços de saúde, mapeamento de regiões vulneráveis e de difícil acesso por serviços de saúde, participação em atividades promotoras de saúde e criação de vínculo com pessoas em situação de rua, uso abusivo de drogas, profissionais do sexo, pessoas trans e outras situações vulnerabilizantes.

A formatura da primeira turma – composta por 10 agentes, aconteceu no dia 13 de dezembro. Oito desses dez se formaram em uma cerimônia na qual levaram relatos de experiência acerca de como o projeto teve impacto nas suas vidas e também no território onde trabalham e habitam. No início do projeto, uma parcela significativa dos agentes encontrava-se em situação de rua, além de estarem em extrema vulnerabilidade psicossocial por fatores diversos. Hoje nenhum deles está em situação de rua. Foi possível para os agentes, ao longo desses dois anos, passar a ter moradia, retomar os estudos e vínculos familiares, posicionar-se subjetivamente e serem reconhecidos de uma outra forma em suas comunidades locais. Além disso, dois dos agentes conseguiram se empregar formalmente no mercado de trabalho, com carteira assinada. Dentre os ganhos neste processo, destaca-se também o caráter de formação do projeto, despertando o interesse nos agentes pelo autocuidado, assim como pelo lugar de “cuidador” da área da saúde.

Que CAPS é esse?

Neusa Santos Souza



de, solidariedade e tolerância. Em tempos de multiplicação de atitudes, afirmações e ações racistas, é necessário resgatar as reflexões de Neusa como uma necessária e essencial contribuição para o Brasil contemporâneo. Seu livro, editado pela Graal em 1983 está esgotado, mas será relançado em breve. Neusa faleceu no bairro das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, em 2008.

Escritora, psiquiatra e psicanalista. Autora de “Tornar-se Negro” (1983), referência no debate sobre relações étnico-raciais e o sofrimento mental.

Neusa nasceu, estudou e cresceu numa Bahia negra que negava sua própria negritude, **“no tempo em que o Lessa / era goleiro do Bahia, / um goleiro, uma garantia / No tempo em que preto / não entrava no Bahiano / nem pela porta cozinha”**

Há 35 anos, a psicanalista baiana Neusa Santos Souza publicava o livro “Tornar-se negro” construído a partir de sua dissertação de mestrado, refletindo sobre a experiência de construção da identidade negra em oposição à experiência de negação da própria cultura e do próprio corpo.

Neusa defendia que construir sua identidade e superar o massacre das subjetividades alienadas de sua própria condição, vivida na superação de experiências de discriminação e menos valia, moldada em oposição ao racismo e seus efeitos sobre a vida cotidiana. “Ninguém nasce negro, torna-se negro”, essa é a afirmação política e subjetiva que aponta para a superação do racismo, para a pluralida-



Sede do CAPS II Neusa Santos Souza, em funcionamento desde 2016 na Zona Oeste da cidade.